



## ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

### TEMPOS INTRANQUILOS, SONHOS FÉRTEIS: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPB DE 1976 A 1979

*Talita Hanna Cabral Nascimento<sup>1</sup>*

**Resumo:** Após decretado o Ato Institucional nº 5, no ano de 1968, ficou cada vez mais difícil manter um movimento organizado no Brasil. O movimento estudantil, ao lado de outros movimentos, tais quais o trabalhista, não ficou à margem da situação: como um dos movimentos mais investigados pelos órgãos de segurança nacional, o movimento estudantil procurou enveredar por outros caminhos, seja na luta armada ou dentro dos próprios órgãos de representação estudantil vigiados pela ditadura militar: o Diretório Central dos Estudantes (DCE). No período político do país conhecido por “distensão lenta, gradual e segura” um dos desafios do movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba foi a retomada de sua entidade de representação maior daquele espaço, o DCE, a partir de 1976. É com a retomada do espaço que vem à tona todo um projeto político e cultural que não só aglutinava estudantes acadêmicos da UFPB, mas também parcela da sociedade civil pessoense às causas que estavam para além dos interesses meramente estudantis.

**Palavras chave:** Ditadura militar. Movimento estudantil. Cultura

#### DISTENSÃO LENTA, GRADUAL E SEGURA

*O país está suficientemente sofrido.  
Precisamos acelerar o processo de  
redemocratização.  
Mas sem virar estátua de sal,  
como a mulher de Ló.  
Não podemos nos perder olhando para trás.*  
Golbery, em confissão a Ulysses Guimarães<sup>2</sup>,  
maio de 1975.

A partir de 1974 assume a presidência Ernesto Geisel, considerado, para alguns autores e pesquisadores, integrante da ala mais moderada do regime. Neste momento, o

<sup>1</sup> Mestranda em História através do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Informações contidas no livro de Luiz Gutemberg “Moisés, codinome Ulisses Guimarães” citado por Elio Gaspari (2004).

governo Geisel passa a representar uma leve mudança de posicionamento do governo ditatorial militar, por motivos dos quais aqui serão brevemente descritos.

O Brasil da primeira metade da década de 1970 esteve diante de uma esquerda desmobilizada devido a repressão institucionalizada através do Ato Institucional nº 5. Com a oposição dispersa, o poder militar sentiu-se mais confiante para reduzir o aparato repressivo e dar margem a algumas mudanças políticas, até futuramente culminar na abertura política, na figura de João Batista Figueiredo. Geisel, alinhado a posição de Castelo Branco, concordou em estabelecer direcionamentos tênues e um regime militar mais tolerante, porém dentro de um processo de distensão política cuidadosamente planejada para ser “lenta, gradual e segura”. Outro elemento que contribuiu para o planejamento e execução da distensão política foi a preocupação em preservar a corporação militar. A permanência militar no comando do Estado poderia levar ao risco de autonomização dos aparelhos repressivos, o que poderia gerar quebra de comando hierárquico e divisões nas Forças Armadas. (Motta, 2014: 327).<sup>3</sup>

O quadro internacional também pairava entre os militares. Segundo Gaspari (2004), baseado no arquivo privado de Golbery do Couto e Silva e de Heitor Ferreira, a derrota eleitoral do partido do governo (Arena) para o MDB no ano de 1974 já teria deixado margem para o grau de descontentamento nacional e, além disso, foi gerado no governo o temor de que a experiência da Grécia<sup>4</sup> reverberasse no Brasil. Geisel também temia que os jovens oficiais brasileiros, influenciados pelo exemplo dos capitães portugueses que destituíram o salazarismo, passassem a acreditar que a situação nacional não estava bem devido a velha junta governativa de “velhos ultrapassados” (Gaspari, 2004: 24). Em reunião com o Alto Comando das Forças Armadas em janeiro de 1975, Geisel proferiu:

Aí temos o problema da subversão. [...] Não existe nenhum foco no país de subversão interna ativa, vamos dizer. [...] Acho que deveríamos, inclusive, fazer uma nova análise completa de todo este problema da esquerda para ver se há mudanças ou não. Porque se houver mudanças, nós também devemos mudar. (Segunda Reunião do Alto Comando das Forças Armadas *apud* Gaspari: 2004, 30)

Também um dos maiores parceiros das ditaduras militares na América Latina havia mudado seu posicionamento em relação aos governos repressivos. Os Estados Unidos passam, na figura do presidente Jimmy Carter, a posicionar-se em favor dos Direitos Humanos, incentivando os países sob regime ditatorial a aderirem a uma política democrática. No Brasil, A Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil já se posicionavam em favor dos Direitos Humanos. Geisel também põe em pauta:

---

<sup>3</sup>Os órgãos de espionagem e repressão chegaram a ter certa autonomia, porém sob subordinação hierárquica (base das normas militares). Ao final do governo de Castelo Branco, os exaltados passam da condição de grupo de pressão para “sistema de segurança”, com permissão para investigar, prender e interrogar. Surge, assim, a polícia política. Para uma melhor leitura sobre órgãos de espionagem e polícia política, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>4</sup> Os coronéis foram presos após um fracassado golpe no Chipre.

Nós continuamos a ter um grande fator negativo, sobretudo no âmbito interno, que são alguns setores internos que nos acusam de arbitrariedade, de torturas, de procedimentos ilegais. Isto é um fator muito negativo para o governo [...] ver até onde nós podemos ir para atender a este problema que se apresenta aí, dos direitos da pessoa humana e não sei mais o quê. Não sou um fetichista nessa história, mas acho que nós temos que ter cuidado para que isso não vire um bumerangue contra nós. (Segunda Reunião do Alto Comando das Forças Armadas *apud* Gaspari, 2004: 30)

A distensão política, mesmo atuando com o Ai-5 em vigência até o fim do governo Geisel, alimentou a esperança dos brasileiros, sobretudo daqueles que integravam movimentos de oposição ao regime ditatorial. Gradativamente a sociedade civil foi dando mostras mais visíveis de atuação, muitas delas agindo em conjunto na busca por um objetivo em comum: o fim do governo ditatorial e a democratização política do país. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil utilizam de suas posições hegemônicas na sociedade<sup>5</sup> para fazer frente a sociedade civil.

## OS ESTUDANTES E AS MOVIMENTAÇÕES ESTUDANTIS

Impedidos de atuar nas ruas, os estudantes acadêmicos, de um modo geral, passaram a adotar outras medidas de ação oposicionista: alguns aderiram a luta armada, outros atuaram nas próprias instâncias deliberativas das universidades, de modo que no período de distensão, as notícias públicas sobre um movimento estudantil combativo (ao menos na Paraíba), se dá de maneira muito tímida. É possível que por este motivo, até então não se tenha um estudo exaustivo acerca das movimentações estudantis acadêmicas de 1976 a 1979 em João Pessoa. Não é de se julgar: os clássicos dos estudos sobre movimento estudantil, Arthur Poerner (1995) e Guilhon Albuquerque (1977), alegavam que o heroico movimento estudantil brasileiro havia chegado ao fim com a adesão de muitos estudantes à luta armada. É possível que esta ideia de desmantelamento do movimento tenha tornado o tema (neste período cronológico) de poucos atrativos. Segundo Poerner (1995: 297), não havia mínimas condições para a sobrevivência do movimento estudantil mediante a repressão pós AI-5, embora nunca tenham deixado de existir tentativas e ações isoladas ou pontuais.<sup>6</sup>

## MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFPB

A necessidade de construção de novas perspectivas de luta acadêmica e política levam a uma fragmentação da vanguarda revolucionária, e esta fragmentação acompanhou a retomada do movimento estudantil na década de 1970/80. Segundo

<sup>5</sup> Por alguns autores chamada de “elite oposicionista”.

<sup>6</sup> Em pequenos grupos ou em ações relâmpagos houve no Brasil, dentre outros, protestos contra a presença de Nelson Rockefeller, em 1969; segundo aniversário da morte de Edson Luís, em 1970; manifestação contra as arbitrariedades e a morte do estudante Alexandre Vannucchi na USP, em 1974. Já meados de 1974 – 1975 ocorrem diversas greves pelas universidades públicas do país.

Pellicciotta (1997: 32), vários aspectos estão interligados ao movimento estudantil dos anos 70/80: aspectos acadêmicos, culturais e políticos. Segundo a referida autora, ao estudar o caso da USP, menciona que a partir dos anos 70 as concepções militantes deixam de se dar apenas em território partidário e muitas das proposições políticas afastam-se desta perspectiva para produzir uma multiplicidade de propostas de organização e ação política.

Nesse sentido, tendo por base pesquisa em jornais e entrevistas, é possível perceber que o movimento estudantil na UFPB utilizou, ao menos nos primeiros anos de distensão do governo Geisel, a cultura não só como forma de burlar a repressão, já que assim era mais fácil mesclar cultura com questões políticas, mas também como único meio viável de expressão. Tais atividades se davam, inicialmente, dentro do espaço acadêmico. Com isso, temos consciência das limitações destes dois caminhos metodológicos. Embora sob censura, alguns jornais nos revelaram aspectos que somaram-se aos relatos orais. Segundo o Decreto-lei 1077, de janeiro de 1970, o governo põe em vigor a censura à imprensa. Segundo o Art. 2º fica na incumbência do Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Política, verificar quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada. Eram proibidas publicações contra moral e bons costumes, bem como as que pusessem em risco a segurança nacional. Dessa maneira, ficava difícil noticiar sobre qualquer tipo de insatisfação em relação ao governo, pois era “[...] fundamental para o regime autoritário ocultar a dimensão de seu próprio autoritarismo sob uma capa de aparente jogo democrático.” (Aquino: 1999: 55) Só com o governo de Figueiredo que a censura enquadra-se na perspectiva da abertura política.

Dos relatos orais, procuramos estar atentos ao que Michael Pollack (1992) indicou, ao citar Maurice Halbwachs: antes de tudo, a memória deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Nos jornais pesquisados, entre 1974 a 1975 não há registros de atividade contestatória no meio estudantil acadêmico da UFPB. As entrevistas contribuíram para entender esta lacuna: não era apenas devido a censura, mas sim ao perfil do Diretório Central dos Estudantes da UFPB até a sua retomada representativa, a partir de 1975 com as primeiras articulações internas. O DCE existia, mas não tinha visibilidade enquanto órgão de representação e defesa dos estudantes. Recordo um dos membros do DCE à época, em entrevista<sup>7</sup> cedida em 29 de abril de 2014: “O DCE não fazia a luta reivindicatória e política. Emitia carteirinha de estudante e deveria participar ou apoiar a Associação Atlética nas atividades esportivas.”

Era um período em que o medo caminhava ao lado de todo aquele que pertencesse ao espaço acadêmico. A lei 477 era a salvaguarda para punição de professores, funcionários e estudantes que praticassem atos considerados subversivos no meio acadêmico. Porém, em João Pessoa, foi a partir da luta contra implantação dos

---

<sup>7</sup> Todas as entrevistas estão com a pesquisadora. Apesar de autorizadas, optamos aqui por omitir suas identidades. Aqui foram utilizadas duas das seis entrevistas realizadas.

tickets<sup>8</sup> nos transportes coletivos que houve o ponto inicial da articulação estudantil acadêmica, em conjunto com os estudantes secundaristas:

Exatamente, a gente se articulou para fazer a luta contra a implantação do sistema de tickets que na nossa ótica, e também era a intensão na época, (...) a gente entendeu que a implantação do ticket estudantil, (...) era uma medida para extinguir ou limitar, como de fato limitou, o direito de abatimento de 50% das passagens de transporte coletivo. Então a gente se juntou com esse grupo de estudantes da Escola Técnica, (...) e a gente da universidade, nós fizemos então um movimento contra os tickets, abaixo assinados e tal, articulações para exatamente tentar barrar. Nós não conseguimos barrar a implantação do ticket mas conseguimos alterar o projeto, por exemplo, ampliando o número de passes estudantis com abatimento, do que estava previsto, então a gente ampliou para secundarista, para universitário que me parece que não estava previsto inicialmente, então o resultado disso foi uma vitória, né, talvez uma meia vitória, mas na verdade uma vitória por a gente ter conseguido alterar, modificar aquele projeto. Então isso aglutinou mais esse grupo na UFPB e deu a base para já a partir de 75 a gente lançar o movimento pela reestruturação do movimento estudantil da UFPB e a tomada do DCE. (Entrevista concedida em 29 de abril de 2014)

A estruturação se deu a partir de um processo de aglutinação por cursos na UFPB, em entendimento com o reitor Lynaldo Cavalcante “pessoa ligada ao regime, mas que tinha uma visão mais aberta.” (entrevista em 29 de abril de 2014). A partir desta retomada do espaço do DCE enquanto instância representativa estudantil e política, é possível ver nos jornais as primeiras notícias com relação aos estudantes da UFPB. De 1976 a 1979 há registros de algumas atividades estudantis em torno da cultura, rumo a vias mais amplas: *O Momento* publicou, na edição 113 de fevereiro de 1976, o lançamento do jornal *Gênese*<sup>9</sup>, que tinha por intuito divulgar os problemas sócio-político e econômico do nordeste brasileiro e das universidades. Um jornal lançado paralelamente ao período de organização para retomada do DCE:

Paulo foi o primeiro a entrar na universidade, em 1974. Nesse período Paulo conheceu Edson, foram nós três responsáveis pelo *Gênese* [...] a manifestação que era possível era a cultural, era isso que era possível fazer. [...] Antes da retomada do DCE, atuávamos aqui e ali [...] o clima mesmo era de insatisfação, de angústia de não poder se expressar na universidade, espaço privilegiado de pensar, de discutir, de refletir e você não podia. Vivíamos assustados. [...] Edson acaba conhecendo o presidente do DCE, que era um interventor e propôs a Edson fazer um jornalzinho. Edson acabou topando e chamou a gente, só que paralelo a isso estava ocorrendo uma movimentação para retomada do DCE, de uma forma mais organizada, com a participação de um pessoal mais organizado e não havia uma rejeição muito forte por parte da

<sup>8</sup> Bilhetes que seriam usados como passagem em ônibus. Os estudantes teriam direito a meia entrada, dentro de um limite mensal.

<sup>9</sup> Edição 113 do jornal “O Momento” – 23 a 29 de fevereiro de 1976.

reitoria, tinha até uma certa simpatia, que era o Lynaldo Cavalcanti claro, não era escancarado e nem poderia ser, mas havia uma certa simpatia para que a coisa pudesse acontecer, ele um cara inteligente, sabia que haveria um controle melhor se as coisas estivessem abertas, que ele pudesse ver. [...] Quando lançamos o *Gênese*, houve praticamente no mesmo momento a retomada do DCE. Flávio fez a capa do jornal [...] Agamenon, eu, Flávio, Paulo, Edson, cada um escreveu um texto, charge e o jornal foi um sucesso. [...] *Gênese* era um jornal diversificado, de veia anarquista, de posicionamentos fortes do ponto de vista político, ou seja, a gente não teve relação com o DCE, a gente na verdade aproveitou a amizade de Edson com o cara que ofereceu “Quer fazer um jornal?” e fizemos. A gente entrou no grupo da retomada sem fazer parte das organizações políticas, boa parte do grupo era de organizações. (Entrevista concedida em 08 de maio de 2014).

Este não foi o único jornal produzido por estudantes na UFPB deste período: os estudantes de comunicação lançaram o jornal *Bocão*, cuja finalidade era fazer uma análise do jornalismo na Paraíba. Outro jornal promovido por estudantes foi *O Berro*, com conteúdo que assemelhava-se ao jornal *Gênese*, com uma exceção: procuravam ater-se aos problemas cotidianos da cidade de João Pessoa, desde matérias sobre infraestrutura, excluídos (idosos, prostitutas, mendigos ...) e deficiência dos transportes coletivos.<sup>10</sup>

Apesar de representar uma boa circulação de notícias e ideias, a mobilidade estudantil não converteu-se apenas em jornais. O jornal *A União* registrou na edição de 18 de julho de 1976, a realização de ciclo de debates sobre arte e cultura realizado pelo DCE-UFPB, em conjunto com diversos diretórios acadêmicos. Realizados semanalmente, eram debatidos temas ligados a música, teatro, cinema e literatura. Conhecido no espaço acadêmico como calouradas, aglutinava não só os estudantes da UFPB:

[...] a calourada, por exemplo, foi um marco. [...] um marco que mexeu aqui inclusive com a região: gente de Pernambuco veio pra cá, do Ceará. Nós fizemos uma semana de debates exatamente apoiada na imprensa alternativa. Então nós trouxemos pra cá Henfil, trouxemos o Jaguar, veio pra cá debater com a gente, à época o jornalista Tônico Ferreira, o Antônio Carlos Ferreira, que logo depois foi para *O Globo*, mas ele era o editor do jornal *Opinião* na época, que se destacava na imprensa alternativa. O jornal *Opinião* não era um jornal de esquerda, assim, era mais um jornal nacionalista, depois é que um grupo do *Opinião* saiu para formar um novo movimento, esse já com perfil mais de esquerda, com influência inclusive muito grande do PCdoB, o jornal *O Movimento*, que eu fui o responsável pelo *O Movimento* durante muitos anos aqui na Paraíba. Então era isso, e aí era festivais de cultura, cineclube, cinema, fizemos muitas atividades aqui. (Entrevista concedida em 29 de abril de 2014)

<sup>10</sup> Transporte coletivo era um grande problema da população pessoense, principalmente dos estudantes. Além da reduzida frota, era comum o não cumprimento ao direito estudantil da meia passagem.

Este também foi o ano do sucesso nacional da peça *Gota d'Água*, de Chico Buarque e do teatrólogo paraibano Paulo Pontes. Ano também em que Vladimir de Carvalho teve seu documentário “O país de São Saruê” (de 1971)<sup>11</sup> interditado e sob a censura da Divisão de Censura de Diversões Públicas. É possível que esses fatores tenham engrossado o caldo de ideias entre os estudantes acadêmicos de João Pessoa, sobretudo também alinhados as novas tendências reivindicatórias entre os estudantes do Brasil. Se nas ruas estava difícil, era através da arte e cultura que poderiam transformar algo.

No ano de 1977 houve novamente a proibição de passeatas estudantis por todo o Brasil. O ministro Armando Falcão tomou medidas para que todos os estados brasileiros impedissem “manifestações coletivas que comprometessem a normalidade, imprescindível à preservação do processo de desenvolvimento do país.”<sup>12</sup> E prossegue:

Passeatas, concentrações de protestos em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias, são distúrbios de fundo e fim subversivos, não podendo em consequência ser toleradas. Mostra-se aconselhável que sejam tomadas de preferência medidas preventivas, oportunas e eficazes, para resguardo da tranquilidade geral que a nação exige acima de tudo.” (Trecho de recomendação do ministro Armando Falcão registrado no jornal *A União*, maio de 1977)

No mesmo mês é publicado no jornal o posicionamento do MEC com relação as atitudes estudantis. Apesar das medidas de proibição a manifestações em vias públicas, as mesmas vinham ocorrendo no meio universitário em João Pessoa, que segundo a notícia “burlava regulamentos e estatutos regimentais das instituições de ensino superior”. Continua reproduzindo: “Caso os órgãos de representação estudantil não obedeçam aos critérios prescritos no decreto lei 228 de 1967, os órgãos serão suspensos ou dissolvidos pelos Conselhos Universitários” (*A União*, maio de 1977). Fundado em 1893, *A União* é um jornal ligado ao governo da Paraíba e seus registros, até então, giram em torno dos atos positivos do governo do estado e nacional em contraposição aos deslizes cometidos pelo partido opositor. Não é de se admirar que não haja praticamente notícias sobre movimentos contestatórios.

No dia 20 de maio de 1977, parte do pronunciamento do deputado Tarcizo Telino na Assembleia Legislativa vem impressa na capa de *A União*<sup>13</sup>. Ao contestar o pronunciamento feito pelo deputado do MDB Bosco Barreto em solidariedade as movimentações estudantis, Telino pronuncia:

Os estudantes paraibanos devem se omitir dessas agitações que ora se verificam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pois elas não representam os interesses da classe estudantil e, sim, atente aos

<sup>11</sup> Documentário sobre a vida de lavradores, garimpeiros e outros moradores do nordeste brasileiro, da área conhecida como polígono das secas (Paraíba, Pernambuco e Ceará). Foi censurado devido ao teor de denúncia contra a exploração dos trabalhadores pelos donos de terra, sendo oficialmente lançado em 1979, quando acabou premiado pelo júri do Festival de Brasília.

<sup>12</sup> *A União*: edição de maio de 1977.

<sup>13</sup> Título: Deputado pede que os estudantes paraibanos não apoiem agitações.

interesses de uma minoria política e subversiva (...) esta não é a hora de se solidarizar com uma classe que ainda não sabe o que quer. (*A União*, 20 de maio de 1977)

Para Tarcizo Telino, não seria esse o momento de apoiar as manifestações estudantis, pois “a classe estudantil não sabe o que quer”. Segundo o deputado, os estudantes deveriam protestar contra o sistema de ensino, pois era esse o mundo daqueles que ainda não tinham chegado a etapa profissional. Lutando contra os erros do sistema de ensino, receberiam o apoio do governo.

O jornal *O Momento* nos demonstra um outro posicionamento com relação as movimentações estudantis. Fundado em 1973 por Jório de Lira Machado, o posicionamento do jornal era de oposição às autoridades constituídas e não contou com nenhuma ajuda das frentes bipartidaristas (MDB e Arena). O próprio teor publicado é outro e quem ler percebe que não há intenção de agradar governos vigentes. Em março de 1977, *O Momento* informa que o DCE, presidido por Severino Dutra, promove a inauguração do Cineclube-UFPB, que priorizava a exibição de filmes paraibanos. Em conjunto com a inauguração do cineclube houve a campanha pela construção e publicação do Caderno de Poesia Marginal, com intuito de incentivar os estudantes a expressarem suas angústias cotidianas, individuais ou coletivas a partir da arte poética.

Portanto, tem sido possível perceber que esta primeira presidência do DCE - representado simbolicamente por Severino Dutra, porém com ações pensadas por todos os seus integrantes – esteve bastante articulada com a cultura. Em junho de 1977 tomam posse novos dirigentes no DCE-UFPB. A entidade passa a ter como representante Walter Oliveira e a partir deste momento percebe-se os primeiros passos de atuação estudantil fora do eixo acadêmico-cultural. Há manifestações pela manutenção da meia passagem a partir da segunda metade do ano de 1977, contra a campanha da Associação dos Transportes Coletivos pela extinção da meia passagem estudantil. As movimentações estudantis receberam o apoio da Arquidiocese da Paraíba, através da figura do arcebispo Dom José Maria Pires, noticiado pelo *O Momento* em sua edição 188, de agosto de 1977. Temos aqui a saída de estudantes do espaço acadêmico para as ruas, mesmo sob a vigência do AI-5.

Nesse período a gente também já buscava outras formas de fazer o embate político, a partir de 76 / 77 já inicia-se um pouco, assim, aquele movimento pelos direitos humanos. A arquidiocese, acho que dessa época, criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, então aqui o DCE teve uma parceria muito forte nessa época com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, na denúncia de prisões, da repressão, no apoio a perseguidos, então foi muito forte nesse período essa relação. Depois quando foi criada a ADUF, a ADUF se incorpora nisso também e essas eram, vamos dizer assim, as referências da resistência aqui na Paraíba: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o DCE da UFPB e a ADUF, nesse período. (Entrevista concedida em 29 de abril de 2014)

Contudo, é entre a segunda metade de 1978 e 1979 que o movimento estudantil acadêmico de João Pessoa tem maior visibilidade na atuação em conjunto com outros

setores da sociedade civil paraibana<sup>14</sup> em luta não apenas por causas estudantis. O DCE-UFPB apoia os agricultores de Coqueirinho e Cachoeirinho, no município de Pedras de Fogo na Paraíba, que estavam sendo violentamente despejados pela Usina Central Olho d'Água. Este também foi o ano em que os estudantes da UFPB estiveram mobilizados em apoio aos professores da rede pública estadual de ensino, por melhores salários e condições de trabalho. Paralelamente em apoio aos professores, as atenções também estiveram voltadas para o 31º Congresso da UNE, a ser realizado na Bahia. Sônia Maria Germano, enquanto presidente do DCE no ano de 1979, cedeu coletiva a imprensa local explicando a importância da UNE para os estudantes acadêmicos. O programa de informação consistia em pedágios para ajuda financeira a ida de representantes paraibanos, panfletagem, debates, bandeiras da UNE por toda UFPB e convite de parte da sociedade civil paraibana (Arquidiocese da Paraíba, Comitê Brasileiro pela Anistia, setor jovem do MDB e Assembleia Legislativa) para participar do evento e contribuir financeiramente com a ida de estudantes paraibanos. O 31º Congresso da UNE unificou ainda mais os estudantes, em se tratando do nível nacional e a inserção partidária tornou-se mais significativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As movimentações estudantis da UFPB, campus João Pessoa, passaram por dois momentos entre os anos de 1976 a 1979: inicialmente, o Diretório Central dos Estudantes (enquanto maior representação estudantil dentro do espaço acadêmico), sob a presidência de Severino Dutra, enfrentou o grande desafio de mobilizar os estudantes em meio ao sentimento de medo causado pelo AI-5 e pela vigência da lei 477. Essa mobilização aos poucos chegou a ser possível através de expressões culturais. Com Walter Oliveira, a partir da segunda metade de 1977, os estudantes saíram do espaço acadêmico e ocuparam as ruas de João Pessoa pelo direito da meia passagem estudantil. Já o ano de 1979 presenciou movimentações estudantis mais confiantes de estar nas ruas, na luta não só por causas estudantis, mas em apoio aos demais setores da sociedade civil, sobretudo após revogação do decreto 477 e 228. Diz Sônia Maria Germano, em coletiva: “Os estudantes estão ombro a ombro com as lutas gerais dos trabalhadores, professores e funcionários, enfim, do povo brasileiro” (*Correio da Paraíba*, 19 de maio de 1979). Eis um posicionamento da representação estudantil da UFPB, campus João Pessoa, que a partir de 1980 desemboca em uma outra face das movimentações: a atuação predominantemente partidária a partir das tendências políticas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon Org. *Classes médias e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

---

<sup>14</sup> Atuam em conjunto com o Centro de defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, Diretório Acadêmico 11 de agosto de Campina Grande, ADUF-PB, setor jovem do MDB-PB, Movimento Feminino pela Anistia-PB.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado e São Paulo e O Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Fátima. *História e Ideologia da imprensa na Paraíba*. João Pessoa: Editora A União, 1983.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Centro de memória da juventude 1995.

### ***Periódicos***

*A União*, meses janeiro de 1975 a dezembro de 1977.

*O Momento*, meses janeiro de 1975 a dezembro de 1979.

*O Berro*, edição especial sobre o 31º Congresso da UNE, 1978.

*Correio da Paraíba*, meses janeiro a junho de 1979.

### ***Entrevistas***

29 de abril de 2014.

08 de maio de 2014.